



Senado Federal

**MEIO AMBIENTE,
RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL**

SENADOR Fernando Collor

Brasília - 2007



SENADO FEDERAL

Senador FERNANDO COLLOR

**MEIO AMBIENTE, RELAÇÕES
EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**

BRASÍLIA – 2007

SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação.....	5
Comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente.....	7
Transcurso do Dia Mundial do Meio Ambiente e preocupação com a aceleração das devastações das florestas (como Líder)	11
Chama a atenção da Casa para a grave situação política do entorno brasileiro. Discurso em defesa do reaparelhamento e da modernização das Forças Armadas.....	14
Reflexão sobre problemas advindos da participação do Brasil nas negociações na Rodada de Doha da OMC. Apelo ao Presidente Lula no sentido de que dê mais atenção à política externa do Governo.....	24
Reflexão sobre a situação do Mercosul	27

APRESENTAÇÃO

Ao usar a tribuna do Senado Federal, nós, senadores, estamos cumprindo uma de nossas mais fundamentais funções parlamentares: a de expor nossas opiniões, nossas posições e argumentos, procurando influir, por meio da palavra, no rumo das decisões que naquele plenário tomam forma.

Hoje, por meio do rádio e da televisão, nossas palavras chegam instantaneamente aos cidadãos. É a palavra impressa, no entanto, por sua permanência, a que melhor propicia a reflexão e a ponderação.

É por essa razão, procurando também aprofundar o compromisso com a transparência de meu mandato e buscando pôr minhas opiniões à prova do público, que reuni, nesta publicação, cinco dos pronunciamentos que fiz no plenário do Senado Federal sobre temas pertinentes à minha atuação como senador.

Os dois primeiros tratam da questão, cada vez mais estratégica, do meio ambiente e das mudanças climáticas. Logo no início desta Legislatura, tive a felicidade de ser escolhido por meus pares Presidente da recém-criada Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas. Faço parte, ainda, como Vice-Presidente, da Comissão Mista Especial do Congresso Nacional sobre Mudanças Climáticas. Com base no meu trabalho nessas comissões, apresento aos leitores algumas reflexões, sumarizadas nos dois pronunciamentos que abrem esta pequena coletânea.

A rica experiência de trabalho em outras comissões alimentou também os demais pronunciamentos aqui reunidos.

Como membro titular da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Subcomissão Permanente de Modernização

e Reparcelamento das Forças Armadas, já tive ocasião de expor e defender minhas posições – e preocupações – a respeito da situação política do entorno brasileiro. O Brasil se destaca no contexto latino-americano, e não pode assistir sem reação ao crescimento de sentimentos antibrasileiros nos países vizinhos. Os três últimos pronunciamentos que compõem esta coletânea desenvolvem três temas que me são caros: a necessidade da modernização e do reaparelhamento das Forças Armadas, o imperativo de cuidar com muita atenção de nossa política externa, honrando a tradição de excelência do Itamaraty na defesa dos legítimos interesses brasileiros perante a comunidade internacional, e a importância de dar continuidade ao processo de integração que é a finalidade precípua do Mercosul, recuperando, inclusive, seus propósitos originais.

Dou a público, portanto, estas reflexões, frutos de minha atividade como senador, não apenas cumprindo com meu dever de transparência, mas ainda, sobretudo, na esperança de que as idéias e argumentos aqui expostos possam provocar novas reflexões, repercutindo temas que reputo entre os mais relevantes na agenda nacional.

Senador *Fernando Collor*

*Comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente.
Discurso pronunciado em 30 de maio de 2007.*

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Ex^{ma} Sr^a Senadora Serys Slhessarenko, Presidente desta sessão; Ex^{mo} Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, Senador Leomar Quintanilha; Ex^{ma} Sr^a Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente; Ex^{ma} Sr^a Maria do Carmo Ferreira da Silva, representante da Ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial da Presidência da República de Políticas para Promoção da Igualdade Racial; Ex^{mo} Sr. Cláudio Maretti, representante da WWF-Brasil; Ex^{mos} Srs. Embaixadores e demais representantes do Corpo Diplomático; Ex^{mos} Sr^{as} e Srs. Senadores; senhoras e senhores, chegamos ao ponto da insustentabilidade. Caminhamos de forma célere para a destruição de nosso planeta.

Ontem, os avisos constantes dados pela natureza não foram suficientes para que os habitantes de nosso mundo tomassem as providências que o momento clamava. Hoje, um monstruoso estrago já foi feito. Se reduzirmos, agora, as nossas emissões a zero, não teremos mais como recompor o prejuízo causado ao meio ambiente. O aquecimento global galopa à velocidade de Átila. Cabe-nos, portanto, duas iniciativas complementares entre si: a primeira, continuarmos trabalhando com afinco para tentar reduzir o ritmo da destruição planetária; e a segunda, tratarmos de nos adaptar às novas condições de vida a que já estamos submetidos. Isso significa rever conceitos arraigados em nossos costumes por força dos nossos hábitos, que induzem ao consumismo desenfreado, ao desperdício, à comodidade e à indulgência com nós mesmos, autores dessa catástrofe.

Apenas 15 anos nos distanciam da maior reunião de líderes mundiais, realizada no século passado, para tratar das questões relacionadas ao ambiente e ao desenvolvimento. Decisões fundamentais para o nosso futuro foram tomadas. Convenções, tratados e acordos foram assinados por 179 países, como a anunciar uma nova fase de nosso relacionamento com Gaia. A frustração foi incomensurável. A constatação é de que avançamos mais com as providências tomadas antes da II Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento do que depois que a Agenda 21 foi anunciada.

Houve um relaxamento geral na aplicação de suas recomendações. O sentimento do dever de casa cumprido dominou as nações, pelo trabalho que encetaram no período que antecedeu ao encontro. E isso explica a atitude irresponsável por todas adotada posteriormente ao evento.

O Brasil, por exemplo, está entre os cinco maiores causadores do aquecimento global, apesar dos louváveis esforços do Ministério do Meio Ambiente – e até comoventes esforços que a Ministra Marina Silva e seus abnegados colaboradores vêm realizando. Somente a Amazônia, em função das queimadas, despeja na atmosfera, anualmente, 200 milhões de toneladas de CO²; o restante do País, 80 milhões. No restante do planeta, a situação é ainda mais grave. Ressalve-se – e até com alvíssaras – a decisão recente da Comunidade Européia, que tem de ser vista como exceção – e com exceção muito bem-vinda.

Parece que de nada serviram todos os encontros posteriores para se avaliar o cumprimento da Agenda 21 e se adotar outras providências. Resta-nos, capengando, o Protocolo de Kyoto, cuja vigência se extingue daqui a cinco anos. Para substituí-lo, propusemos, junto com outros senadores, a realização, em 2012, aqui, no Brasil, de um novo encontro: a Rio +20.

Além de termos um novo instrumento, incentivaremos os que acorrerem à conferência a fazerem, nos anos que nos restam até lá, o que fizeram, como já vimos, no período anterior à realização da Rio 92. Sobre essa possibilidade, falamos com autoridades brasileiras, que estão sensíveis à déia.

O Ministério das Relações Exteriores prometeu empenhar-se na tarefa de conseguir a realização da Rio +20, lembrando a legitimida-

de que o Brasil tem para atrair essa conferência. Informou ainda que está sendo criado, no Itamaraty, um cargo de Embaixador Especial só para assuntos relacionados a mudanças climáticas. Aliás, o Chanceler Celso Amorim, em audiência pública, realizada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, em 29 de março de 2007, assim se manifestou: "Acho que o Brasil sempre teve sua liderança marcada não só no tema mais amplo do meio ambiente, mas também na ligação do tema do meio ambiente com o do desenvolvimento; portanto, o desenvolvimento sustentável". Em outra situação, na mesma audiência, disse ele: "Acho que o Brasil poderia perfeitamente; é algo que, digamos, com o apoio do Poder Legislativo, podemos levar adiante, uma idéia, como já mencionado antes, de o Brasil poder sediar a Rio +20".

Três órgãos do Ministério do Meio Ambiente são plenamente favoráveis à realização do encontro. A Secretaria de Qualidade Ambiental, em 26 de março deste ano, assim se manifestou: "Portanto, há base técnica convergente com elementos políticos para que o tema de mudanças climáticas tenha relevância numa Rio +20". Já a Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério concluiu, em 10 de abril deste ano: "Em face do exposto, seria extremamente positivo para o Estado brasileiro sediar evento como o proposto no requerimento em epígrafe". E, por fim, a Secretaria de Biodiversidade e Florestas, que, em 15 de abril deste ano, 2007, expressou: "Por fim, manifestamo-nos favoravelmente ao Requerimento nº 1, de 2007, desde que ouvido o Ministério das Relações Exteriores, órgão responsável pela política internacional do Governo brasileiro".

Tratei do tema também pessoalmente com o Presidente Lula, no último dia 21 de março, quando ele me afirmou que iria tratar do assunto nas conversações com o G-8, que serão realizadas já nos próximos dias. Vamos aguardar para ver concretizada essa aspiração.

Outra frente de batalha na qual devemos nos empenhar é a proposta, originalmente sugerida pelo nobre Senador Marco Maciel, de se trazer para o Brasil a sede de uma agência das Nações Unidas ligada ao meio ambiente, já que, à exceção dos Estados Unidos, nenhum outro país da América sedia órgão daquela organização mundial. Assim, a proposta é transformar o Programa das Nações Unidas para o

Meio Ambiente, o PNUMA, em uma agência permanente da ONU, assim como já o são, em suas respectivas áreas, a OIT, em relação ao trabalho, a Unesco, em relação à educação, ciência e cultura, a OMS em relação à saúde, e a FAO, em relação à agricultura e alimentação.

Por fim, senhoras e senhores, manifestando a preocupação, que é comum a todos nós, de que precisamos trabalhar rapidamente para evitar a aceleração do processo de destruição do nosso planeta, devemos tratar de formas de adaptação a essa nossa nova realidade. Para isso, o Senado da República e o Congresso Nacional vêm tomando iniciativas como essa, proposta pela Senadora Presidente desta sessão, que faz com que a partir do exemplo de uma Casa do Congresso Nacional possa ele ser seguido por outras áreas das atividades política, econômica, principalmente, e social do nosso País.

Eu gostaria de agradecer a possibilidade que me foi dada pelo meu partido, o Partido Trabalhista Brasileiro, de me dirigir a V. Ex^{as} e lembrar que a realização da Rio +20 seria a forma de reunir e manter interessados no tema os dirigentes das nações desenvolvidas e de outras em vias de desenvolvimento, que são, como todos sabemos, as que mais influem nas mudanças climáticas com as suas atividades poluentes e devastadoras.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros.

Muito obrigado a todos.

*Transcurso do Dia Mundial do Meio Ambiente e preocupação
com a aceleração das devastações das florestas (como Líder).
Discurso pronunciado em 5 de junho de 2007.*

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Ex^{mo} Sr. Presidente, Ex^{mos} Srs. Senadores, Ex^{mas} Sr^{as} Senadoras, hoje, dia 5 de junho, comemora-se o Dia Internacional do Meio Ambiente. Em 1972, na I Reunião do Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi estabelecida essa data para relembrar a cada um de nós os deveres que temos no trato e no manejo da natureza.

Em 1992, tive a honra e o privilégio de presidir a II Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, que se realizou no Rio de Janeiro entre os dias 3 e 14 de junho daquele ano. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, naquele momento, na cidade do Rio de Janeiro, reuniram-se 179 Chefes de Estado e de Governo, no maior encontro já realizado no mundo contemporâneo. Todos estavam preocupados em estabelecer regras e limites para a utilização da natureza pelo homem. De lá, saíram assinados por todos esses Chefes de Estado e de Governo diversos tratados, diversas convenções, o que nos deu um alento muito grande. Percebemos que, talvez, ali estivesse o início da salvação do nosso planeta. O documento norteador, talvez o mais importante assinado, foi a Agenda 21, que estabelecia as metas para as quais cada um dos países signatários deveria estar atento para colaborar com a manutenção da vida no planeta Terra.

Hoje, chego a esta tribuna entristecido, porque, quinze 15 anos depois dessa conferência, a situação, ao invés de melhorar, piorou dramaticamente. Os avanços conseguidos pelo planeta antes da realização da Conferência do Rio em 1992 foram muito maiores do que os avanços conseguidos após esse evento, o que demonstrou certo

relaxamento por parte dos países-membros das Nações Unidas no que tange às suas obrigações, talvez por se sentirem desobrigados em função do trabalho realizado antes do início da Conferência do Rio.

Estive com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, alertando-o para o problema do aquecimento global, alertando-o para o fato de o Brasil estar hoje entre os cinco maiores emissores de gases que são levados à atmosfera e que causam, pelo aquecimento global, o efeito-estufa e para a necessidade de serem tomadas providências enérgicas. Apesar dos esforços enormes que vêm sendo realizados pela Ministra Marina Silva, isso ainda não é suficiente. Dizia eu ao Senhor Presidente que era necessário que ele chamasse para si a condução desse processo, tendo em vista que o Brasil, hoje, é o quarto maior poluidor do planeta, em função das queimadas que são levadas a efeito na Amazônia. Para que as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores tenham uma idéia, somente a região amazônica despeja na atmosfera, por ano, duzentos milhões de toneladas de CO², enquanto o restante do Brasil, sem a Amazônia, joga na atmosfera oitenta milhões de toneladas desse gás.

Isso significa que depende de nós, brasileiros, e de um Governo atento, ativo e vigoroso no combate a essas queimadas a resolução de questão tão dramática. É dramática, porque, Sr. Presidente, se o mundo reduzisse hoje suas emissões de gases poluentes a zero, nada poderia ser feito para reparar o estrago realizado. O estrago já foi realizado. O que nos cabe, a partir de agora, é tão-somente tentar reduzir a velocidade com que caminhamos para uma debacle do planeta e, ao mesmo tempo, fazer um enorme esforço de nos adaptarmos a essa nova situação a que já estamos submetidos. Isso significa modificar nossos hábitos, por mais arraigados que estejam, pela nossa forma de viver. Isso significa ter preocupações mínimas, mas definitivamente importantes no que se refere à questão do lixo doméstico, à questão da utilização da água, à questão da utilização de transporte particular.

Os governos devem tornar mais eficiente o transporte público, além de procurar outras medidas de contenção no que se refere à má distribuição que hoje é feita da água, procurando reciclar nossas hidrelétricas e, repotencializando-as, para que elas possam oferecer esse líquido, sem que seja necessária a construção de mais hidrelétri-

cas ou termelétricas. Assusta-me, deixa-me abismado, Sr. Presidente, que os países que compõem a Escandinávia, que sempre estiveram na vanguarda da questão ambiental, estejam hoje construindo usinas termelétricas, tendo como base a queima do carvão.

É hoje o dia em que deveríamos comemorar grandes avanços na questão ambiental, mas é com tristeza que trago ao plenário desta Casa uma preocupação que acredito é comum a todos nós, pela aceleração que se está dando à devastação do nosso planeta.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Chama a atenção da Casa para a grave situação política do entorno brasileiro. Discurso em defesa do reaparelhamento e da modernização das Forças Armadas. Discurso pronunciado em 19 de junho de 2007.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na última reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que é presidida pelo Senador Heráclito Fortes, fiz pronunciamento sobre a situação da Bolívia, seu acordo militar com a Venezuela, e o problema de separatismo.

Sr. Presidente, solicito que o respectivo documento, que passarei à Mesa, conste para publicação como anexo deste discurso.

Por razões históricas da nossa própria formação, o Brasil está imerso em realidade distinta de nossos vizinhos da América do Sul e da própria América Latina. Temos uma língua diferente, manifestações culturais com características próprias, dimensão e economia que se distinguem do nosso entorno.

Em princípio, essas características nos dão uma enorme desvantagem, em termos de convivência e integração com os países vizinhos. No entanto, fatores que, em visão simplista, prejudicariam a busca da boa convivência e da integração podem e devem ser utilizados como estímulo para a superação de obstáculos. Assim, é na diversidade que devemos buscar forças para tomarmos sempre a iniciativa para a convivência harmoniosa com os nossos vizinhos. É na diferença de aspectos econômicos que, tendo como base a complementariedade, devemos continuar na vanguarda do processo de integração. Cabe ao Brasil não deixar ruir esse processo por razões meramente conjunturais ou por tibieza.

Devo destacar que a integração simbolizada pelo Mercosul começou, por ação precursora do Brasil, pela região sul do hemisfério, pela aproximação e busca do entendimento fraterno com países com os quais tínhamos, e logramos superar, problemas históricos: Argentina, Paraguai e Uruguai.

Aos entendimentos entre os Presidentes Sarney e Alfonsín (Declaração de Iguazu em 1985) fizemos seguir medidas de *confidence building*, mediante o acordo de criação da ABCC (Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade Nuclear) e do acordo com a Agência Internacional de Energia Atômica que firmei em Viena, em 1991. A própria edificação de Itaipu, nos anos 70 e 80, foi, no fundo, também uma medida de construção de confiança, por meio do compartilhamento de recursos naturais para a produção energética. A integração demandou esforços comuns e superação de divergências. É processo longo e penoso, que se projeta no futuro, que não pode ser levianamente destruído.

Nunca pensei no Mercosul, na integração, como mera junção de capacidades econômicas, mas sempre considerei que o sucesso dessa obra teria como base a superação das dificuldades culturais históricas e, como argamassa, uma visão conjunta e solidária de futuro, uma união para superar as vicissitudes em período de profundas transformações no cenário internacional, simbolizadas pela queda do muro de Berlim.

A integração que sempre almejei tem a paz como pressuposto.

Hoje, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero chamar a atenção da Casa para a grave situação política do entorno brasileiro, que inspira fundada preocupação. Não se pode minimizá-la. Ver normalidade onde há sinais evidentes de crises potencialmente danosas aos interesses brasileiros. Nossa política externa não pode assistir sem reagir, como exigem as circunstâncias, à manipulada disseminação de sentimentos antibrasileiros.

O Governo venezuelano, que vem aumentando sua influência na Bolívia, Equador e Argentina, elevou o patamar de sua ação ao propugnar uma aliança militar no âmbito da ALBA – Alternativa Bolivariana para as Américas – e dedica-se, freneticamente, à aquisição de armas. Por outro lado, no Uruguai, temos crescente insatis-

fação com o Mercosul e, no Paraguai, a insatisfação com o Acordo de Itaipu. Em três desses países, Bolívia, Uruguai e Paraguai, temos o agravante de numerosa população brasileira já estabelecida na região fronteira. Na fronteira com a Colômbia, as incursões das Farc já se tornaram rotina, são bem conhecidas as dificuldades do governo vizinho em controlar a guerrilha.

Pode-se ver, claramente, que um arco de instabilidade cerca o País. Não podemos deixar de estar preparados, tanto no âmbito diplomático quanto no de defesa, para enfrentar esses problemas, cumulativos e simultâneos, que surgem de nosso entorno. Há que assumir, realisticamente, a existência de problemas e antecipar soluções por meio de políticas de Estado, e não de reações tópicas e desconexas.

Ações de política externa têm efeitos de longo prazo, por isso devem ser pensadas com racionalidade e planejadas com cuidado e muita isenção. Como recomenda Karl Deutsch em seu livro *Análise das Relações Internacionais*, não se pode deixar que “ruídos de fundo”, ou distorções ideológicas, nos perturbem a clareza de percepção das situações a serem enfrentadas, para que tomemos decisões consistentes.

O atual estado das relações internacionais de nosso País, Sr. Presidente, merece maior atenção do Senado da República. Esta Casa, em seu todo e por meio de sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, deve avocar participação mais ativa na diplomacia e na defesa. Não pode aceitar função meramente homologatória, *ex post facto*.

Além de dever institucional, a participação mais ativa do Parlamento constitui importante fator de legitimação da política externa. O Congresso Nacional, canal de comunicação entre povo e Governo, ao sintetizar as várias correntes de opinião pública, ao cristalizar a própria nacionalidade, não pode ter visão meramente passiva das ações de política externa. Deve cumprir ativamente sua missão constitucional, para a qual conta com meio específico e apropriado – a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O nome dessa comissão leva-me a lembrar Raymond Aron, que logo no começo de sua *Paz e Guerra entre as Nações* ensina que o diplomata e o militar simbolizam o Estado no plano internacional. O Brasil tem a felicidade de poder contar com esses dois fatores forma-

dos por estruturas do mais alto nível humano, da melhor qualidade. O Itamaraty e as Forças Armadas – reconhece, sem dúvida, a Nação brasileira – são instituições que tradicionalmente têm preparado seus quadros com racionalidade. Têm dotado-os de sentido de cumprimento de dever, de respeito à hierarquia e imbuído-os da consciência de serem órgãos do Estado, no mais puro sentido weberiano.

Penso que, no grave momento em que vivemos, essas características – vitais para a soberania nacional – devem ser preservadas, e devemos evitar que as Forças Armadas sejam relegadas a segundo plano suas necessidades de modernização de equipamento e contínuem com os seus meios desgastados. Agora, as Forças Armadas sofrem com a falta de motivação e de respeito aos seus valores básicos.

Não quero adotar nenhuma posição belicista – longe de mim –, mas apenas provocar a reflexão desta Casa sobre a situação das nossas Forças Armadas. Preocupa-me a ineficácia de nossa defesa antiaérea, a precariedade da defesa naval e a crítica situação em termos de munições. Quero que reflitamos sobre a fraca capacidade dissuasória de nossas Forças Armadas, de nossos heróicos e relegados pelotões e batalhões de fronteira, e destacar a minha preocupação com o sucateamento da indústria bélica brasileira.

Devemos preservar as tradições do Itamaraty. Não podemos aceitar a sua corrosão interna. Devemos manter a excelência da formação dos novos diplomatas e não aceitar concessões populistas, com graves conseqüências futuras.

Refiro-me aqui, Sr. Presidente, a facilidades, como aumentar de forma brutal as vagas para o Instituto Rio Branco, a fazer com que as línguas estrangeiras sejam apenas classificatórias.

Foram aprovados recentemente candidatos praticamente ignorantes, por exemplo, no idioma inglês – ferramenta de trabalho essencial para o diplomata.

Devemos manter respeito ao sentido hierárquico e ao mérito que sempre nortearam o Itamaraty e evitar deixá-lo ao sabor de pequenos interesses políticos e pessoais.

Faço aqui um apelo ao eminente chanceler, ao brilhante Embaixador Celso Amorim, para que faça o Itamaraty voltar ao seu leito natural, à correta atuação diplomática por ele tão bem simbolizada.

No caso do nosso entorno sul-americano, vejo com preocupação que passamos a ter política meramente reativa. Tive a honra de firmar o Tratado de Assunção, que criou o Mercosul, em 1991, e agora o vejo esgarçado por dentro. Sou favorável à iniciativa da interconexão da infra-estrutura física regional e à correção das assimetrias existentes com economias menores. Porém, dentro da estratégia que atenda aos interesses brasileiros, e não a simpatias doutrinárias ou pressões conjunturais.

As nossas Forças Armadas, além de sua função de defesa, de manter a integridade no território nacional, freqüentemente foram instadas a participar do processo político. Foi assim em vários períodos, sobretudo quando estávamos divididos em blocos antagônicos, que se digladiavam ideologicamente. Naquele cenário, as necessidades de lealdade e alinhamento intrablocos eram rígidas, e as Forças Armadas buscavam defender valores que esposavam com convicção.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Pois não, Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Senador Fernando Collor, eu ia apartear-lo, mas vou só cumprimentá-lo. V. Ex^a está fazendo muito mais do que um discurso. Está fazendo uma advertência. V. Ex^a está falando como um ex-Presidente da República, com as informações que naturalmente tem mais que todos nós senadores. Há poucos dias, outro ex-Presidente, o Presidente Sarney, desta tribuna, veio em cima desse mesmo ponto que V. Ex^a coloca. Temos de meditar muito nas palavras que V. Ex^a emitiu na Comissão de Relações Exteriores e agora repete no plenário. Precisamos pensar que, agora que chega ao Senado o processo de integração da Venezuela no Mercosul, é o momento próprio, propício para que a advertência que V. Ex^a está fazendo, não somente ao País, mas também a toda a América Latina, passe a ser preocupação deste Senado. Cumprimentos pela oportunidade da fala de estadista de V. Ex^a, nesta tarde, no plenário do Senado.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Senador Gerson Camata, pela grande contribuição que presta ao meu pronunciamento e meus agradecimentos pela generosidade de suas palavras.

Ouçó o Senador Heráclito Fortes e, depois, o Senador Mão Santa.

O *Sr. Heráclito Fortes* (PFL – PI) – Senador Collor, V. Ex^a vem se especializando nesta Casa em assuntos de política externa e tem feito discursos precisos e da maior importância. Quando escolhemos V. Ex^a para presidir a Subcomissão do Aquecimento Global foi exatamente por encontrar na experiência de um ex-Presidente da República a pessoa certa para, num momento como este, tratar de um assunto que começou a ser discutido precisamente quando V. Ex^a era Presidente da República na Rio-92. V. Ex^a agora traz outro assunto, que é o sucateamento das nossas Forças Armadas. E é preciso que a nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional abra os olhos desta Casa e do País para isso. Já teríamos resolvido o problema se estivéssemos convivendo com o Orçamento Impositivo. Infelizmente, teremos, todo ano, de participar da mesma lengalenga de sensibilizar os companheiros da Comissão e o Governo, não só para não cortar recursos, mas também para não contingenciá-los. Solidarizo-me e, mais, associo-me a V. Ex^a nessa cruzada. Parabéns!

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes. V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sem dúvida, terá um papel preponderante nesta nossa cruzada.

Senador Mão Santa.

O *Sr. Mão Santa* (PMDB – PI) – Senador, Presidente Collor – quem foi rei nunca perde a majestade –, atentai bem, V. Ex^a está fazendo um chamamento a este País para o papel das Forças Armadas. Eu queria dizer que elas vivem um momento de humilhação. Vou lhe dar a realidade. Quando iniciei o meu Governo, e V. Ex^a combateu aqueles marajás, eu fui – era recesso, era julho – pedir...

Vamos dizer, naquele tempo havia funcionários no Piauí privilegiados que ganhavam 27 mil dólares – e V. Ex^a tentou. Mas era Sepúlveda Pertence. Estava no período de férias e não tinha Parlamento. E a imprensa soube. Senti-me quase um Mitterrand de tanta entrevista. E uma das lamentações era essa. E eu fiz uma pergunta ao Ministro Sepúlveda Pertence, uma das maiores glórias da Justiça deste País. Numa audiência, só nós dois naquele mundo, seis horas da tarde, ele autoridade, eu perguntei: Excelência, eu posso fazer uma pergunta? Aí ele parou. Demorou muito, Presidente Collor! Parou um minuto e eu fiquei na minha, até que ele viu que eu não ia falar e disse: “Fale, Governador!” Eu disse: “Quanto V. Ex^a ganha?” Presidente Collor, aí ele puxou seis mil. Papaléo, para chegar em oito mil, com quinquênio, demorou. E eu disse: “V. Ex^a não quer ir para o Piauí, não? Eu lhe dou lá um procurador, porque tenho muito e todos estão ganhando mais. Tem gente ganhando vinte e sete mil dólares”. E, na hora, eu puxei o desequilíbrio entre os oficiais da Polícia Militar e os do Exército. Porque o meu Secretário de Obras era o General Oliveira, que tinha sido do Nordeste e me mostrou. Eu não acreditei, Papaléo, mas eu tirei um fotocópia: era três mil e tanto. Eu digo: “Eu não sei como não há outra revolução, porque eu sou médico e não ia aceitar um enfermeiro... A polícia é força acessória. Eles estão humilhados com as situações salariais. V. Ex^a viu o garbo. Isso é tão importante que o momento mais difícil que esta Pátria passa é hoje: de Chávez, de Fidel, da Nicarágua, da Bolívia do Morales, do Equador, que já acabou tudo em menos de seis meses de governo: a democracia. E existe a mensagem símbolo da democracia de Eduardo Gomes. Foi ele que disse: “O preço da liberdade e da democracia é a eterna vigilância!” Então, este Senado tem de dar essa vigilância. E V. Ex^a chamou a atenção para aqueles que garantiram ali aquela bandeira e a ordem e progresso que devemos viver e com o que devemos sonhar.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pela justa homenagem que faz as nossas Forças Armadas.

Concluindo, Sr. Presidente...

O Sr. *Mozarildo Cavalcanti* (Bloco/PTB – RR) – Presidente Collor, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Pois não, Senador *Mozarildo Cavalcanti*.

O Sr. *Mozarildo Cavalcanti* (Bloco/PTB – RR) – Antes de V. Ex^a encerrar, eu gostaria só de aduzir, se V. Ex^a me permite, o absurdo que é todo ano, quando chega o Orçamento do Poder Executivo para examinarmos – porque deveria chegar com o que é necessário, por exemplo, para as Forças Armadas, ou seja, com o previsto no Orçamento que vem do Executivo –, nós vemos aqui os assessores parlamentares das três Armas e do próprio Ministério da Defesa indo atrás dos senadores – e a mesma coisa deve ser na Câmara – para, através de emendas das comissões ou até de emendas regionais, botar os recursos para as Forças Armadas. Isso realmente é um descaso com as nossas Forças Armadas e com o País, porque um país que não se preocupa em estar preparado para uma defesa eventual não merece realmente ter as Forças Armadas que temos.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador *Mozarildo*, concordo plenamente com as suas afirmações.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa configuração, da guerra fria, deu lugar a uma nova realidade, cujo início foi simbolizado pela queda do muro de Berlim lá atrás, em 1989. Já não havia lugar para a disputa ideológica, perdeu sentido a rigidez dos blocos e adquiriu ímpeto o complexo processo de globalização. As fronteiras entre os Estados passaram a ter maior fluidez e a serem vistas, em várias situações, como áreas de cooperação e não de separação.

Nesse novo cenário internacional, inseria-se o processo de abertura no Brasil, afastando-se os militares da participação política.

Refiro-me a esses desenvolvimentos históricos, tendo como referência o fato inegável de que a Nação brasileira, com o recolhimento das Forças Armadas, parece ter-se esquecido da importância de suas funções constitucionais. E os governos têm relegado a segundo

plano, por longo lapso de tempo, a preocupação com nossa defesa.

É inegável, Sr. Presidente, que o arco de instabilidade a que me referi pode anular nossos esforços de integração. Não podemos assistir passivamente à utilização intencional de ressentimentos que estávamos procurando mitigar com a aproximação e com a cooperação. Não podemos aceitar que se venha utilizar o Brasil como alvo externo, para fins de legitimação interna. Há que colocar limites às provocações para que possamos retomar, e recuperar, o processo de integração.

Creio que está na hora de a sociedade brasileira voltar a refletir sobre a função constitucional das nossas forças de defesa, sobre sua capacidade dissuasória. Recordo o ditado romano *si vis pacem para bellum*, que não perdeu o sentido ao longo dos anos. São as Forças Armadas as fiadoras da nossa paz e integridade, na sua missão constitucional de defesa da Pátria – mas, para isso, devem estar preparadas.

O atual Governo da Venezuela dedica-se a uma escalada em busca de influência em nosso entorno. Não parece ter limites ao reaparelhar suas forças armadas, ao patrocinar ajuda financeira e militar, ao desrespeitar instituições de países da região, como o nosso Congresso.

Devemos recordar, Sr. Presidente, que diplomacia é negociação em busca do interesse nacional e não concessões seguidas que possam comprometer nosso futuro.

Em 1938, a política de apaziguamento em relação aos avanços alemães, o *appeasement* anglo-francês teve conseqüências trágicas que todos conhecemos. Há que colocar limites às provocações.

O Presidente da República adquiriu dimensão histórica ao conciliar a necessária estabilidade econômico-financeira com sensibilidade social, ao perceber com clareza os problemas do meio ambiente, ao adotar, de modo firme, a idéia por mim lançada, juntamente com vários Srs. Senadores, da Conferência Rio+20, que apresentou, recentemente, na reunião do G-8 e ao Secretário-Geral das Nações Unidas. Mostra clarividência ao perceber a importância do problema energético e já luta por soluções alternativas ao combustível fóssil.

Devemos alertá-lo, no entanto, que a política externa e a política de defesa necessitam aperfeiçoamento, correção de rumo, para adequá-las aos acertos da política interna, vários deles reconhecidos pela própria Oposição. Uma política externa menos ideológica, mais voltada para os interesses brasileiros, estaria também voltada para a aceleração do crescimento. Teria efeitos multiplicadores e duradouros que aperfeiçoariam os resultados dos programas sociais que tanto carinho merecem do Presidente da República.

Uma política externa baseada no realismo estratégico, na pura defesa dos interesses nacionais, contribuirá diretamente para a aceleração do desenvolvimento a que se voltam os esforços atuais do Governo.

A modernização e o reaparelhamento das Forças Armadas terão profundos efeitos no desenvolvimento industrial, tecnológico e na sustentação da política externa.

Está na hora, Presidente Lula, de dar mais unidade de comando e maior estatura à política externa, fazê-la crescer para alcançar novamente sua dimensão histórica. Essa é uma missão para a qual, tenho certeza, não deverá faltar apoio dos nobres pares e do Presidente da Comissão de Relações Exteriores deste Senado Federal e, mais importante, da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR
FERNANDO COLLOR EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º
do Regimento Interno.)

Reflexão sobre problemas advindos da participação do Brasil nas negociações na Rodada de Doha da OMC. Apelo ao Presidente Lula no sentido de que dê mais atenção à política externa do Governo. Discurso pronunciado em 27 de junho de 2007.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último dia 19 de junho, proferi, neste plenário, pronunciamento em que expus minhas preocupações com a atual política externa e de defesa, no contexto do nosso entorno sul-americano. Tive a grata alegria de ver que vários dos ilustres pares compartilham essas preocupações.

Hoje, quero trazer à reflexão desta Casa problemas advindos da concepção equivocada com que participamos das negociações comerciais multilaterais na Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio. O fracasso, até o momento, da Rodada de Doha, simbolizado pela Reunião de Potsdam, representa, na verdade, o fracasso de uma visão das relações internacionais nos dias atuais.

O Brasil entrou nas negociações da OMC, tendo como base, de um lado, a deformação ideológica de ver a Rodada como luta entre o sul pobre e o norte rico, e, de outro, vê-la como única alternativa de política comercial.

O viés ideológico fez com que passássemos a procurar liderar os países pobres e em desenvolvimento contra os industrializados, em atitude confrontacionista, que não enxergava a falta de homogeneidade de interesses entre os países do sul. A Índia, por exemplo, que tem graves problemas na produção de alimentos, não compartilha idéias de reduções importantes nas tarifas sobre produtos agrícolas. Esse é o caso também do Paquistão. Ou seja, no âmbito dos países em desenvolvimento, há áreas de conflito e cooperação, e não posição unânime.

Tampouco, Sr. Presidente, tomou-se na devida conta o fato de que os países industrializados têm grandes dificuldades em fazer concessões comerciais. No caso dos Estados Unidos, o *lobby* agrícola, como é conhecido de todos, é extremamente organizado e atuante. Sua força no Congresso ameaça, inclusive, a renovação do Trade Promotion Authority (TPA), que vence em breve. No caso da União Européia, o protecionismo e os subsídios têm mesmo um aspecto cultural, ou seja, a proteção aos agricultores visa também a mantê-los no campo, a preservar um estilo de vida. Um dos países mais firmemente protecionistas na área agrícola, a França, elegeu um presidente declaradamente a favor do protecionismo agrícola – como o são de resto os outros dois principais candidatos.

Como as decisões da OMC são consensuais e conhecidas são as dificuldades, como aqui apontadas, não faz sentido a concentração de esforços apenas nas negociações multilaterais. O Brasil apostou na Rodada de Doha, não previu alternativas. E, ao contrário de países como o México, o Chile e os Estados Unidos, não procurou estabelecer acordos bilaterais. Deve-se lembrar que, no nosso âmbito interno, o setor agrícola sempre apoiou mais a Rodada de Doha do que a área industrial, que teme concessões. Essas diferenças, é natural, são mais facilmente administráveis em negociações bilaterais.

Logo ao final da Reunião de Potsdam, tornamos públicas duas posições importantes: a Alca está fora de cogitação e passaríamos a nos dedicar ao acordo União Européia – Mercosul. Há, aqui, falhas estratégicas. Em primeiro lugar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, descartar uma opção comercial torna evidentemente nossa posição negociadora mais fraca. Em segundo lugar, a opção União Européia – Mercosul, em estado latente por longo tempo, apresenta claras dificuldades. De um lado, além da conhecida situação precária do Mercosul atualmente, deve-se lembrar que a Argentina tem posições protecionistas no campo industrial, inclusive em relação ao Brasil. Cabe indagar se os europeus entrariam em negociações sérias com o Mercosul, enquanto persistissem as atuais atitudes da Venezuela e Bolívia. É de se perguntar, então, Sr. Presidente: a União Européia veria o Mercosul como interlocutor válido?

Além de abandonarmos a via dos acordos bilaterais – que, pelos compromissos com o Mercosul, demandam maiores negociações intrabloco –, abandonamos os esforços de promoção comercial em relação aos principais mercados. Embora a quantificação seja difícil, a conquista de poucos pontos percentuais de participação, em mercados como o norte-americano, o asiático e o europeu, representaria grandes ganhos para nossa balança comercial, gerando mais emprego e renda para os brasileiros.

A economia mundial tem estado em fase de desenvolvimento nos últimos anos, e o Brasil tem-se beneficiado, e muito, desse período de bonança, apesar de carências estruturais. No entanto, uma estratégia de política externa não pode confiar apenas em cenários positivos e deve se antecipar, prever políticas para tempos mais difíceis. Considero que devemos, com urgência, sem abandonar a Rodada de Doha, tentar consolidar o Mercosul, envidar esforços de promoção comercial nos principais mercados e promover negociações comerciais bilaterais. Inclusive, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por ocasião do comparecimento do Chanceler à Comissão de Relações Exteriores, em 29 de março deste ano, procurei alertar para os problemas da Rodada de Doha e do Mercosul.

Em síntese, Sr. Presidente, creio que a consolidação do Mercosul, esforços de promoção comercial nos principais mercados e negociações comerciais bilaterais seriam a melhor forma de o Itamaraty contribuir para a aceleração do crescimento.

Como já fiz neste plenário, apelo ao Presidente de República para que volte seus olhos para a área externa, para que determine um aperfeiçoamento, uma correção de rumos que a nivele com os inegáveis êxitos de seu Governo até agora alcançados, tanto no campo social quanto no econômico.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.
Muito obrigado.

*Reflexão sobre a situação do Mercosul.
Discurso pronunciado em 5 de julho de 2007.*

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho feito intervenções neste plenário e na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre minhas preocupações com os graves problemas que afetam as nossas relações exteriores. Desejo agora trazer à reflexão desta Casa a situação do Mercosul.

O Mercosul sintetiza o resultado de longa série de esforços em busca de uma aproximação complexa e integral – social, econômica, cultural e diplomática – entre os países do Cone Sul. Demandou a firme vontade política inicial do Brasil e da Argentina para superar suas rivalidades históricas e estabelecer um novo patamar de relacionamento. As duas nações procuraram esquecer disputas e desavenças. Procuraram unir-se para enfrentar os desafios de um cenário internacional no qual ruía a rígida formação dos blocos político-ideológicos e se acelerava o fenômeno da globalização.

Essa busca de união, quando as duas nações procuravam juntar forças, foi facilitada pelo processo de redemocratização de ambas. Coube aos Presidentes Sarney e Alfonsín lançarem as bases da integração regional, quando, em 1985, firmaram a Declaração de Iguazu. Passo a passo, com abnegação, as sociedades e os governos dos dois países foram construindo uma via de cooperação e de entendimento.

Às duas nações uniram-se o Paraguai e o Uruguai, países com os quais tínhamos, e buscamos superar, problemas históricos. A união para nos inserir no cenário potencialmente adverso da globalização e a busca de valores democráticos foram fundamentais para a integração.

A superação de desconfianças mútuas, muitas vezes arraigadas, foi também processo penoso, que demandou concessões de todas as partes e, sobretudo, vontade de superar obstáculos. Relembro as medidas de “construção de confiança”, como a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares e o acordo com a Agência Internacional de Energia Atômica, que firmei em Viena em 1991. Esses atos buscavam transformar um relacionamento de disputas e desconfianças em uma relação de credibilidade e respeito compartilhados. Procurávamos fazer cair no esquecimento o conceito de potências regionais rivais, de bipolaridade regional, e substituí-lo por uma realidade de cooperação entre sociedades cultural e economicamente complementares.

As fronteiras do Sul do Brasil deveriam deixar de ser área de disputas, na medida em que a confiança recíproca as fosse tornando mais permeáveis à cooperação. Na região Sul, à época da criação do Mercosul, as populações já possuíam seus próprios mecanismos informais de integração. Buscavam trabalhar onde estivesse o emprego, compravam mercadorias onde as encontrassem por melhores preços e procuravam serviços onde tivessem acesso mais fácil, sem considerar a linha de fronteira.

Essa integração do mundo real era obstada pela presença do Estado. Com o Mercosul, procurávamos, na verdade, por intermédio da ação governamental, expandir uma integração embrionária, que já existia e funcionava nos espaços fronteiriços. Procurávamos institucionalizar e ampliar para o espaço regional uma racionalidade econômica já exercida na fronteira e desejada pela sociedade.

A construção do Mercosul não se limita, no entanto, à racionalidade econômica. Embasa-se na vontade dos povos, no entendimento e na solidariedade. Não se trata apenas de negociar tarifas, mas, em visão maior, de integrar-se para se desenvolver e para enfrentar vicissitudes do cenário internacional com mais força.

Foram essas as idéias que presidiram as negociações do Tratado de Assunção, que tive a honra de firmar também em 1991. Esse Tratado, embora procurasse a formação de um mercado comum – forma já muito avançada de integração –, procurou definir as etapas necessárias para atingir seu objetivo em curto espaço de tempo. Estabe-

leceu que se procuraria a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos...

O *Sr. Mão Santa* (PMDB – PI) – Presidente Collor, V. Ex^ª me concede um aparte?

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Pois não, Senador.

O *Sr. Mão Santa* (PMDB – PI) – V. Ex^ª, no curto espaço que governou este País, foi muito importante para a globalização, para a competitividade da nossa indústria. Foi V. Ex^ª que alertou. Mas o problema de hoje – eu, que sou cirurgião, conheço as urgências, quando temos de operar apendicites, hérnias estranguladas, úlceras perforadas etc. –, o problema grave hoje é o relacionamento entre Brasil e Venezuela, cuja tradição não era essa, mas a do povo libertador da Venezuela, simbolizado por Simón Bolívar. D. João VI disse: “Filho, antes que algum aventureiro...” Era o Simón Bolívar, que estava libertando, construindo uma República. Então, neste momento, deve estar o entendimento do Presidente da Comissão de Relações Exteriores, da qual V. Ex^ª faz parte e enriquece – Heráclito, o embaixador. E eu sugeri que fosse uma equipe de parlamentares, porque aquilo tudo é como Antoine de Saint Exupéry disse: “A linguagem é uma fonte de desentendimento”. Houve um desentendimento, pelas palavras, do nosso Parlamento e o Presidente daquele País, mas nós achamos que há uma obrigação, pela nossa história, pelo futuro que V. Ex^ª exige, numa consolidação do Mercosul, de uma aproximação deste País, e nada mais do que o Parlamento, a Comissão de Relações Exteriores. E eu perguntaria – nós estamos trabalhando para isso, já temos alguns nomes – se V. Ex^ª nos acompanharia nessa missão de reaproximar o país Brasil da Venezuela, pelo engrandecimento do projeto que V. Ex^ª está defendendo, o Mercosul.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado pelo seu aparte, nobre Senador Mão Santa. Eu lhe diria que a preocupação que nos move a todos hoje, inclusive e mais especificamente aqueles que fazem parte da Comissão de Relações Exte-

riores e Defesa Nacional, deve-se objetivamente às ações que vêm sendo empreendidas pelo governo venezuelano. O Brasil é uma ilha dentro do nosso subcontinente. Temos uma língua diferente da dos países com os quais fazemos fronteira, temos uma história e raízes culturais diferentes das desses outros países. Quando o Presidente da Venezuela fala em Simón Bolívar, esse eco da sua palavra é entendido pelo nosso entorno, e não é entendido dentro do Brasil, porque a nossa história e as nossas origens são diferentes.

A construção do Mercosul pressupõe o desejo daqueles que se integram a viver em paz, porque ninguém chega a um processo de união aduaneira completa, em que as fronteiras já deixam de existir da maneira como hoje se conceituam, para ser uma área de livre trânsito e de livre comércio. E quem assim age, quem assim participa de um processo de integração implicitamente está admitindo que deseja viver em paz com seus vizinhos.

O momento que o Brasil hoje vive é de extrema preocupação para nós, no meu entender, salvo melhor juízo dos Srs. Senadores aqui presentes.

Nós temos problemas na Colômbia, pois, com a redução do espaço antes dominado pelas Farc naquele país, pela ação efetiva do governo colombiano, as Farc estão sendo jogadas para nossa fronteira molhada, e isso faz com que eles já ultrapassem os nossos rios e venham para o nosso território. Esse é um ponto de inflamação importante.

Temos o governo do Equador, que já reivindica para si uma parte do nosso território da floresta amazônica, onde se diz que existe muito petróleo. Sua Excelência o Senhor Presidente do Equador já anunciou que vai iniciar, logo depois da Assembléia Nacional Constituinte que está sendo realizada naquele país, tratativas no sentido de reaver parte de um território que ele julga ser equatoriano.

A questão da Bolívia é sintomática e emblemática. Hoje, estamos pagando o preço da nossa dependência do gás boliviano. Há duas semanas, o governo da Bolívia reduziu o envio de gás para Cuiabá, fazendo com que parasse de funcionar lá uma usina movida a gás. Hoje, se o governo da Bolívia fechar suas torneiras de fornecimento de gás ao Brasil, a indústria paulista, a indústria brasileira, por assim

dizer, pára de funcionar. O episódio da encampação da Petrobras nos moldes em que foi feita nos preocupa. A posição dos brasileiros que estão hoje vivendo na fronteira entre a Bolívia e o Brasil – já há um movimento dentro do país para que eles de lá saiam – é um fato que nos causa preocupação.

Em relação ao Paraguai, o candidato mais bem colocado nas pesquisas está fazendo a sua campanha com o *slogan* “Itaipu é nossa. O Brasil está espoliando os nossos recursos, pagando uma tarifa irrisória pelos nossos recursos naturais” – entenda-se aí a água.

Tudo isso nos traz preocupações, porque é fundamental que a nossa política externa comece a agir de maneira mais ofensiva e menos reativa. É preciso também que nós entendamos a absoluta necessidade de que as nossas Forças Armadas estejam convenientemente preparadas para, numa eventualidade que esperamos que não venha a acontecer, atuar em defesa do Estado brasileiro.

Em função disso, concordo com as palavras de V. Ex^a, Senador Mão Santa, e me permito concluir o meu pronunciamento, Sr. Presidente.

Enfim, estabeleceu-se a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, o estabelecimento de união aduaneira com uma tarifa externa comum e que não se buscaria a coordenação de políticas macroeconômicas.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Pois não, Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Se o Sr. Presidente permitir, porque V. Ex^a está falando pela Liderança.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Pois não.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Serei breve. A avaliação que V. Ex^a faz sobre os nossos vizinhos aqui é muito correta, mas ainda me chama a atenção um ponto: olhando a história da independência desses países, independência mais política, como é a nossa, e,

depois, a extrema dependência tecnológica e econômica, considero até certo ponto muito positivas ainda algumas posições que vemos, porque quem está mais próximo desses países é o Brasil. É natural que há um senso popular de que o gigantismo do que poderia ser comparado ao imperialismo do passado, até mesmo quando militantes como eu gritavam nas ruas contra os interesses norte-americanos no Brasil, entendo que isso esteja, digamos, de certa forma, aflorando novamente nesses países, que podem olhar para o Brasil como esse gigante que sufoca o desempenho dessas economias. Mas acho que precisamos tomar um cuidado muito grande, porque, inevitavelmente, para que possamos dar um salto de qualidade em interesses econômicos e políticos da América do Sul em relação à União Européia, aos Estados Unidos e a todos os fóruns internacionais, não há como os países da América do Sul fazerem isso de maneira bilateral. Eu não acredito nisso. Acho que, em alguns pontos, pode ser, mas, de modo geral, não. Então, a situação dos contratos de Itaipu, a situação dos contratos do gás da Bolívia, a situação de um PAC de uso mais moderado da Amazônia, que faz fronteira com tantos outros países, realmente nos impõem provarmos que temos umas idéias que poderão avançar muito mais do que foram as assinaturas desses contratos naquele momento, naquela conjuntura, naquela situação. Realmente, o mundo mudou, a situação é completamente diferente, e nós agora temos de nos dar as mãos o máximo possível, até mais, para que esses países que possam crescer. Certa vez, ouvi de Benjamin Steinbruch a informação de de, para que algumas empresas brasileiras continuem crescendo, só há dois caminhos: ou o nosso PIB cresce, aceleradamente, acima de 5%, ou essas empresas terão que avançar em outros países. Não há outra alternativa, porque a capacidade de crescimento, no tamanho da nossa economia, já está no limite. Quero dizer que a América do Sul frente aos desafios do mundo é algo parecido com essa frase de Benjamin Steinbruch. Portanto, acho que a nossa diplomacia tem um árduo trabalho pela frente e que V. Ex^a, por ter sido Presidente da República, tem um vasto conhecimento sobre essa matéria. É preciso que o Senado da República aproveite a ocasião para apresentar as melhores sugestões possíveis para que o Mercosul cresça, não só no tamanho econômico, mas também na

base geográfica, para que esses povos se entendam como parceiros de um grande desafio que nós temos pela frente. Agradeço muito pela oportunidade do aparte.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Obrigado pelo aparte de V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Fernando Collor...

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – ... a Presidência, com a tolerância costumeira, dará mais dois minutos a V. Ex^a, para concluir o seu pronunciamento.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Os governos da Venezuela e da Bolívia têm tomado atitudes que não condizem com o próprio espírito do Mercosul, que norteou a sua fundação. As ameaças em relação ao fornecimento energético não coadunam com negociações entre países que aspiram a conviver em um mercado comum. Não se pode aceitar a provocação como elemento de barganha diplomática. Repito: não se pode aceitar a provocação como elemento de barganha diplomática.

O governo da Venezuela, de sua parte, não tem mostrado o respeito que é devido a um relacionamento adequado entre nações. Adota atitudes provocativas e trata a instituição do Mercosul com menosprezo. Ao não dar importância à recente reunião do Mercosul em Assunção e ao se voltar à compra de armas, mostra-se dissociado do verdadeiro objetivo da integração: criar espaço de cooperação e paz e não de conflito.

Quanto às assimetrias em relação às economias menores, reitero que sou favorável a corrigi-las, mas como objetivo permanente do Mercosul, e não mediante medidas tópicas. Devemos convidar as forças produtivas do Brasil, por suas entidades representativas, para trabalhar junto com o Governo na consecução das metas do Mercado

Comum que almejamos.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, penso que está na hora de repensar o Mercosul. De um lado, repelir de modo firme as ameaças e, de outro, revigorar a argamassa de solidariedade que foi utilizada na sua fundação.

Penso que devemos consolidar a integração para fazer que sua desejável ampliação se faça em base sólida e segura. Não podemos deixar que o açodamento e a falta de firmeza façam com que a própria sociedade brasileira deixe de apoiar o Mercosul, como fazia até recentemente.

O Presidente Lula não pode ficar na História como tendo relegado o Mercosul. Ao contrário, ele tem capacidade de liderança, tem legitimidade, tem apoio do povo brasileiro, para reviver esse empreendimento vital para nosso futuro.

Sr. Presidente, muito obrigado pela sua tolerância.

Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Era o que tinha a dizer.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900
Brasília – DF

OS nº 04244/2007

